Brasília, 19 de outubro de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Patentes
Anthropic e OpenAI buscam controlar relatórios de segurança de IA 3

Terra - Notícias

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Entidades
Brasil supera média global em investimento em tecnologia 6

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
China propõe controlar exportações de 40 tecnologias de IA, energia solar e biofarm… 8

O Globo Online

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
Brasil busca rotas para elevar inovação ao nível global 9

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Entidades
Brasil supera média global em investimento em tecnologia 11

Anthropic e OpenAI buscam controlar relatórios de segurança de IA



A Anthropic e a OpenAI buscaram um controle significativo sobre o que avaliadores externos podem publicar sobre suas inteligências artificiais. As empresas estariam preocupadas com a possibilidade de as descobertas revelarem segredos comerciais, segundo duas pessoas familiarizadas com as discussões.

O CEO da Anthropic, Dario Amodei, afirmou no mês passado que os avaliadores externos deveriam ter o direito de publicar as conclusões "sem controle editorial". A OpenAI concordou dias depois, afirmando que os avaliadores deveriam ter "independência editorial".

As empresas de IA temem que funcionários avaliadores que trabalham dentro das empresas possam levar informações confidenciais para a concorrência, de acordo com fontes que pediram para não serem identificadas, pois o assunto é privado.

Entre as medidas em discussão para evitar vazamentos de **propriedade intelectual**, estão a observação, por parte dos funcionários, das equipes alocadas em campo durante o trabalho e a proibição de que avaliadores alocados em um **laboratório** trabalhem simultaneamente em outro.

Mas o que os **laboratórios** consideram**propriedade intelectual** crucial pode se sobrepor a informações relevantes para avaliar o risco de um modelo. Isso levaria a discussões e redações, disse uma pessoa com conhecimento das negociações.

Especialistas afirmaram que a independência dos avaliadores é uma preocupação, visto que a Anthropic e a OpenAI escolhem quem realizará essas avaliações.

As discussões destacam a tensão entre a necessidade de conscientizar o mundo sobre a inteligência artificial potencialmente perigosa e as exigências de proteção de segredos comerciais por parte de empresas de IA que buscam avaliações trilionárias em suas ofertas públicas iniciais (IPOs).

O resultado das negociações ajudará a determinar como o mundo analisa uma tecnologia que, segundo alguns de seus criadores, pode estar avançando além da capacidade da humanidade de gerenciar.

Sem padrões e legislação para avaliações independentes, alguns especialistas afirmaram que as empresas que desenvolvem os modelos de IA mais poderosos poderiam ditar como seus sistemas são examinados, deixando os avaliadores à mercê dos próprios laboratórios.

Desenvolvedoras negociam direitos de publicação

A natureza das discussões mudou rapidamente.

As duas pessoas com conhecimento do assunto disseram que, até 5 de outubro, a Anthropic e a OpenAI buscavam um controle editorial rigoroso sobre o que os avaliadores podiam publicar. Em 8 de outubro, as conversas entre a Anthropic e alguns avaliadores pareciam ter evoluído, segundo uma pessoa familiarizada com o assunto.

Em resposta a perguntas da Reuters, a Anthropic afirmou que buscar um controle significativo sobre as publicações de avaliadores internos não caracteriza com precisão todas as suas discussões com avaliadores independentes.

A empresa responsável pelo Claude afirmou que, em conversas recentes com avaliadores com quem já trabalhou, deixou claro que os revisores externos controlam seus métodos, critérios de avaliação, conclusões e o que será publicado.

Para novas empresas avaliadoras, a Anthropic afirmou que se reserva o direito de comentar e aprovar os relatórios à medida que os avaliadores aprendem como seus modelos funcionam e estabelecem uma relação de trabalho.

A OpenAI, por sua vez, afirmou que não estava buscando direitos de aprovação sobre o texto integral dos relatórios produzidos pelos avaliadores. A empresa declarou que sua prática padrão é redigir informações confidenciais e que os avaliadores podem divulgar se redigiram informações importantes.

A desenvolvedora criadora do ChatGPT afirmou no mês passado que os laboratórios de IA e os avaliadores devem concordar com o escopo e o acesso antes dos testes, divulgar os métodos e conflitos de interesse e permitir que os avaliadores controlem suas conclusões, ao mesmo tempo que permitem que os laboratórios protejam as informações sensíveis.

De acordo com um contrato visto pela Reuters, a linguagem que os laboratórios de IA já utilizam em certos contratos com empresas que avaliam seus modelos pode impedir que elas publiquem informações confidenciais sem consentimento.

https://www.youtube.com/watch?v=FtxgAOrSsTA

Promessa de independência

A Anthropic anunciou no mês passado que a Faculty, empresa especializada em IA da Accenture, seria sua primeira avaliadora integrada, mas ressaltou que os detalhes sobre o que os avaliadores poderão acessar e como apresentarão os resultados ainda estão sendo definidos.

"Os avaliadores só são úteis se as pessoas puderem confiar no que eles relatam, portanto, independência e transparência são fundamentais", disse Marc Warner, CEO da Faculty, à Reuters.

As empresas de tecnologia normalmente proíbem as empresas com as quais trabalham de compartilhar essas informações com terceiros sem o seu consentimento.

Mas especialistas afirmaram que os riscos são maiores com a IA, uma tecnologia que, segundo seus desenvolvedores, terá grandes implicações para os humanos.

Os laboratórios poderiam controlar o acesso de que os avaliadores dependem na ausência de padrões, dando-lhes poder sobre o que é relatado, disse à Reuters Rumman Chowdhury, ex-enviado científico dos EUA para IA durante o governo Biden e CEO da Humane Intelligence PBC.

"Os avaliadores têm esse acesso privilegiado, mas, explícita ou implicitamente, sabem que isso tem um preço", disse Chowdhury.

A avaliação independente foi uma das quatro medidas de segurança presentes no Acordo da Casa Branca sobre Superinteligência, de apenas uma página, assinado pelo presidente Donald Trump e pelos principais executivos de IA no final do mês passado. Mas o acordo, que Trump classificou como "moralmente vinculativo", não especificou como essas avaliações deveriam ser conduzidas.

Os avaliadores também divulgaram suas próprias condições no mês passado, em uma carta pública assinada por mais de 200 pesquisadores, incluindo Geoffrey Hinton, um dos pioneiros da IA. A carta exige controle independente das descobertas, amplo acesso aos laboratórios de IA e proteção contra represálias.

Acesso restrito

A OpenAI ocultou informações não públicas de um relatório da Model Evaluation and Threat Research (METR) e da Redwood Research sobre o incidente da Hugging Face. Na ocasião, agentes de IA da desenvolvedora escaparam de um ambiente de teste isolado, acessaram a internet e invadiram os sistemas da Hugging Face.

A investigação das organizações sem fins lucrativos de segurança da IA, inicialmente planejada para dois dias na OpenAI, estendeu-se por seis dias ao longo de três visitas. Um conjunto mais completo de transcrições chegou apenas na última visita, depois que os pesquisadores identificaram lacunas nos dados.

A METR e a Redwood afirmaram que editaram a estrutura, a ênfase, a clareza e o tom do relatório com base no feedback da OpenAI, mas que nada mais importante para suas conclusões foi removido.

Elas defenderam suas descobertas e elogiaram o acesso que a OpenAI acabou concedendo, mas disseram que o risco de dissuadir desenvolvedores de contratar avaliadores externos após incidentes graves influenciou suas decisões na elaboração, edição e redação do relatório.

Continuação: Anthropic e OpenAI buscam controlar relatórios de segurança de IA

https://stories.cnnbrasil.com.br/tecnologia/veja-os-estados-que-mais-usam-chatgpt-no-brasil-segundo-a-openai/

Brasil supera média global em investimento em tecnologia



No país, 87% das empresas planejam ampliar os aportes na área, ante 68% globalmente; avanço ocorre com investimentos em P&D e pessoas

A tecnologia se consolidou como uma das principais alavancas de crescimento das empresas brasileiras. No primeiro trimestre de 2026, 87% dos empresários planejavam ampliar os investimentos na área, 19 pontos percentuais acima da média global de 68%. O indicador recuou cinco pontos em relação ao recorde registrado no trimestre anterior, mas permanece 27 pontos acima do nível observado no primeiro semestre de 2020. A análise é da Grant Thornton, com base na série histórica do International Business Report (IBR).

A trajetória mostra que a agenda digital deixou de responder apenas a ciclos pontuais de modernização. Entre o primeiro trimestre de 2024 e o primeiro trimestre de 2026, a intenção de investir em tecnologia ficou, em média, próxima de 86% no Brasil, ante cerca de 68% globalmente. A vantagem persistiu nos nove trimestres analisados e chegou a 25 pontos no fim de 2025. Essa regularidade é mais relevante do que a oscilação de um único trimestre: ela indica que a tecnologia passou a ocupar uma parcela estrutural das decisões de capital e do planejamento das empresas brasileiras.

Segundo Elias Zoghbi, sócio-líder de Consultoria em Tecnologia da Grant Thornton Brasil, os números revelam uma maior importância do papel da tecnologia nas organizações. "A tecnologia permeia a maioria das operações, e os executivos aparentam ter aprimorado a conscientização sobre a relação direta entre a competitividade, o crescimento e os investimentos tecnológicos adequados",

afirma o executivo. Para ele, o próximo desafio é conectar os investimentos a um modelo que permita dar transparência à geração de valor.

"Determinados projetos tendem a demorar para ser executados pela dificuldade de demonstrar seus benefícios e, por outro lado, existem projetos de alto custo com baixo retorno. Como exemplo, em projetos de inteligência artificial, erros de implementação ou de governança podem gerar uma experiência negativa que impacta o andamento de outras ações relevantes e de alto retorno. Incorporar a governança desde o desenho das soluções, com critérios para o uso dos dados, a gestão dos riscos, a definição de responsabilidades e a mensuração dos resultados, é essencial para trazer segurança e confiança aos executivos para a constante evolução tecnológica do negócio", completa.

Inovação avança com pessoas e marca

O investimento tecnológico faz parte de um movimento mais amplo de construção de capacidades. No primeiro trimestre de 2026, 77% das empresas brasileiras pretendiam ampliar os aportes em pesquisa e desenvolvimento, 15 pontos acima da média global e mais de 20 pontos acima do nível observado no primeiro semestre de 2020. Outros 75% planejavam investir mais na qualificação das equipes, também com vantagem de 15 pontos sobre o resultado mundial, enquanto 84% indicavam aumento dos investimentos em marca - diferença de 24 pontos em relação à média global, a maior entre essas frentes.

A leitura conjunta sugere que a transformação digital entrou em uma fase de complementaridade: a tecnologia fornece infraestrutura e escala; P&D; direciona recursos à solução de desafios do negócio e ao desenvolvimento de produtos e serviços; equipes qualificadas sustentam a adoção com processos definidos, responsabilidades claras e mensuração de resultados; e os investimentos em marca posicionam e comunicam a inovação ao mercado. A integração dessas frentes reduz o risco de projetos sem adoção, impacto mensurável ou aplicação

Continuação: Brasil supera média global em investimento em tecnologia

comercial. Nesse contexto, mecanismos como a **Lei do Bem** podem apoiar empresas elegíveis no financiamento de ciclos consistentes de pesquisa, desenvolvimento e **inovação tecnológica**.

Entre os benefícios previstos estão incentivos fiscais relacionados aos investimentos em PD&I;, como deduções que podem alcançar até 34% no IRPJ ou na CSLL, redução de 50% do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos destinados a essas atividades, além de mecanismos de depreciação e amortização aceleradas. Para Daniel Souza, sócio de Tributos Diretos da Grant Thornton, o aproveitamento desses instrumentos exige planejamento e documentação consistentes. "O incentivo gera mais valor quando está conectado à estratégia de inovação da empresa. Identificar corretamente os projetos elegíveis e estruturar os controles desde o início permite transformar o benefício fiscal em capacidade adicional de investimento."

IA amplia potencial e reforça a importância da governança

A leitura conjunta dos indicadores aponta para uma etapa mais madura da transformação digital, na qual o volume de investimento continua relevante, mas já não é suficiente para diferenciar as empresas. A agenda tecnológica avança ao lado de expectativas brasileiras elevadas para receita, rentabilidade e emprego - respectivamente 80%, 78% e 73%, todas acima das médias globais. A associação não estabelece uma relação automática de causa e efeito, mas mostra que as organizações estão investindo em tecnologia enquanto se preparam para expandir. O diferencial competitivo tende, portanto, a migrar do acesso às ferramentas para a capacidade de selecionar casos de uso, integrar dados e processos, preparar equipes, medir retorno e escalar soluções com segurança.

"O próximo passo é transformar o potencial da inteligência artificial e das demais tecnologias em valor concreto para o negócio. Empresas que conectarem estratégia, pessoas, dados e governança terão mais condições de converter investimento em produtividade, eficiência e novas receitas, com bases mais sólidas para ampliar o uso dessas soluções", conclui Elias Zoghbi.

Website: https://www.grantthornton.com.br

China propõe controlar exportações de 40 tecnologias de IA, energia solar e biofarmacêuticos



A China propôs incluir 40 tecnologias de inteligência artificial (IA), energia solar e biofarmacêutica em sua lista de controles de exportação, em meio ao aumento das tensões comerciais com os EUA e outras economias ocidentais. A proposta, apresentada nesta sexta-feira, 16, pelos ministérios do Comércio e da Ciência e Tecnologia , está aberta a contribuições públicas até 15 de novembro. Segundo o governo chinês, a iniciativa faz parte da gestão regular do comércio de tecnologia e não tem como alvo nenhum país, região ou empresa específica.

No setor de energia solar, os controles previstos incluem processos relacionados à produção de polissilício, wafers de silício, lâminas utilizadas na fabricação de componentes eletrônicos e células fotovoltaicas, e células solares, responsáveis por converter a luz do sol em eletricidade. Tecnologias que já estejam disponíveis publicamente por meio de versões de código aberto continuarão isentas das restrições previstas.

Paralelamente à proposta, Pequim colocou em vigor nesta sexta-feira um sistema provisório de registro prévio para exportações de tecnologias abrangidas pelas novas regras. A exigência alcança operações de transferência de **propriedade intelectual** e contratos de licenciamento com entidades estrangeiras. Também se aplica a transações já iniciadas, mas que ainda não foram concluídas.

Em comunicado, os ministérios afirmaram que a revisão responde à expansão do uso de tecnologias de IA, biofarmacêuticas e fotovoltaicas em áreas consideradas sensíveis. O objetivo declarado é reduzir o risco de transferência descontrolada ou de disseminação inadequada dessas tecnologias, sem impedir a cooperação internacional.

A iniciativa ocorre em um cenário no qual EUA, Europa e Japão ampliam restrições à exportação de tecnologias estratégicas para a China, sobretudo semicondutores e equipamentos utilizados em sua fabricação.

A medida também se insere em uma disputa mais ampla sobre o controle de investimentos e conhecimentos tecnológicos. Em 1º de julho, a China começou a aplicar regras que ampliam a fiscalização sobre investimentos estrangeiros e sobre a **transferência de tecnologia**, dados e conhecimento especializado para outros países. A decisão ocorreu após o governo bloquear a aquisição da empresa chinesa de IA Manus pela Meta, em uma operação avaliada em US$ 2 bilhões, sob justificativa de segurança nacional. Em resposta às restrições ocidentais, Pequim também vem utilizando controles de exportação sobre minerais críticos, insumos importantes para a produção de equipamentos eletrônicos e tecnologias estratégicas.

Brasil busca rotas para elevar inovação ao nível global

Inovar se tornou um dos principais vetores de competitividade das economias globais, impulsionando investimentos em PD&I; e novas tecnologias. Nesse cenário, o FI Group atua como um parceiro estratégico para potencializar esse processo nas empresas.

O fator inovação, cada vez mais, influencia o progresso técnico e econômico, impactando desde a produtividade industrial até a capacidade de desenvolver tecnologias estratégicas e conquistar novos mercados. Diante disso, o Brasil reúne ativos importantes, como uma base científica relevante, empresas com capacidade de pesquisa e desenvolvimento e ecossistemas tecnológicos consolidados. Porém, o desempenho em indicadores internacionais representa um ponto de atenção no que diz respeito ao avanço de projetos inovadores em comparação ao ritmo global.

Recentemente, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** (OMPI) lançou o Índice Global de Inovação de 2026 (IGI), principal relatório da maturidade inovativa das economias globais. O Brasil figura na 53ª posição global, ranking mais baixo desde 2022, quando ocupou o 54º posto, e é o 2º entre os países da América Latina e Caribe, sendo superado pelo segundo ano consecutivo pelo Chile.

Na avaliação do especialista em incentivos à inovação e diretor do Hub Latam do FI Group, Rafael Costa, apenas investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D;) não é suficiente para que o país acompanhe o ritmo global nesse cenário de rápidas transformações. "Embora o Brasil demonstre capacidade de produzir resultados de inovação acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, é necessário que as empresas contem com um ambiente favorável para assumir riscos, desenvolver soluções próprias e incorporar novas tecnologias aos negócios", explica.

Nesse contexto, para compreender quais as perspectivas da inovação no Brasil, é preciso analisar os mecanismos de desenvolvimento existentes no país. Essas estruturas são fundamentadas em aportes internos em P&D;, disponibilidade e utilização de investimentos públicos e privados e maturidade e volume da produção científica e de iniciativas empresariais.

Cenário global

Nos últimos 16 anos, a Suíça tem registrado os melhores índices de inovação, contribuindo para a manutenção da Europa como o recorte de maior representação, reunindo 14 economias entre as 25 líderes em inovação.

De uma maneira geral, o investimento em inovação se fortaleceu mundialmente, atingindo um recorde de US$ 1,5 trilhão em 2025, como aponta o IGI. Em paralelo, os esforços em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D;) estão em um pico histórico e, desde 2021, os valores de negócios de capital de risco mantêm-se no nível mais alto, com a produção científica recorde e crescimento global da produtividade do trabalho.

Assim, as economias mais competitivas são aquelas que conseguem articular ciência, tecnologia, indústria e mercado de maneira coordenada. O IGI reforça, ainda, que sistemas de inovação só geram impacto quando estão conectados à estrutura produtiva real.

Inovação no Brasil

O cenário nacional de inovação apresenta uma perspectiva positiva para os próximos anos. O Brasil conta com a base científica e de P&D; mais robusta da América Latina, além de se destacar no registro de marcas e na atração de investimentos de capital de risco para empresas em estágios mais avançados. Esse potencial também é impulsionado por São Paulo, que figura entre os 100 principais clusters de inovação do mundo.

Essa expectativa é motivada pelas demandas comerciais e tecnológicas do ambiente corporativo. Contudo, para que esse processo se mantenha constante, as organizações precisam acompanhar as áreas de desenvolvimento, como sustentabilidade digital e eficiência energética, uso estratégico e

Continuação: Brasil busca rotas para elevar inovação ao nível global

consciente de inteligência artificial, redução de impactos ambientais, capacitação e mão de obra híbrida.

Sendo assim, segmentos com maior volume de recursos e investimentos conseguem desenvolver pro-

jetos de tecnologia e inovação mais completos e estruturados, acompanhando as tendências. Por isso, políticas de incentivos fiscais têm se tornado o principal elemento para o fomento de um ecossistema inovador dentro das companhias.

É neste cenário que o FI Group atua, auxiliando empresas a identificar, estruturar e captar recursos públicos ou benefícios fiscais para financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I;), promovendo um crescimento sustentável das operações alinhado às demandas globais de competitividade.

Políticas de incentivo

O principal desafio para o desenvolvimento da inovação no Brasil, de acordo com o IGI, é transformar suas forças em ganhos de produtividade mais amplos, fortalecer a P&D; realizada pelo setor privado, melhorar seu ambiente de negócios e a disponibilidade de capital humano para apoiar a inovação.

Em vista disso, as políticas de fomento à inovação ampliam as possibilidades de projetos e reduzem os riscos de um investimento. No entanto, os mecanismos disponíveis seguem fragmentados ou capturados por lógicas de curto prazo.

Por isso, para que o país se destaque como polo de tecnologia e inovação novamente, é essencial avançar em mecanismos públicos que fortaleçam a formação em ciência e tecnologia, acompanhados de incentivos fiscais e do estreitamento das relações entre academia e setor produtivo.

Exemplos como a **Lei do Bem**, que para aumentar em 2.800% os investimentos em inovação nos últimos 20 anos, mesmo sem as atualizações essenciais, evidenciam que esses recursos possuem uma importância significativa para o cenário econômico e inovativo do país.

Essas políticas precisam acompanhar as transformações tecnológicas e as necessidades do setor produtivo, passando por avaliações periódicas e ajustes sempre que necessário. Para isso, é fundamental aprimorar a coordenação entre as iniciativas públicas, avaliar continuamente seus resultados e garantir previsibilidade regulatória para que as empresas possam identificar os principais gargalos no desenvolvimento tecnológico e planejar investimentos de longo prazo para superá-los.

"Considerando essa conjuntura, o Brasil só poderá consolidar sua posição como referência em inovação se houver uma atuação coordenada entre os setores público e privado na formulação de políticas alinhadas às necessidades e características do país. Essa integração é fundamental para fortalecer o ecossistema de inovação, ampliar a maturidade e a eficiência dos processos produtivos e, consequentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras", finaliza Costa.

Brasil supera média global em investimento em tecnologia

No país, 87% das empresas planejam ampliar os aportes na área, ante 68% globalmente; avanço ocorre com investimentos em P&D; e pessoas

A tecnologia se consolidou como uma das principais alavancas de crescimento das empresas brasileiras. No primeiro trimestre de 2026, 87% dos empresários planejavam ampliar os investimentos na área, 19 pontos percentuais acima da média global de 68%. O indicador recuou cinco pontos em relação ao recorde registrado no trimestre anterior, mas permanece 27 pontos acima do nível observado no primeiro semestre de 2020. A análise é da Grant Thornton, com base na série histórica do International Business Report (IBR).

A trajetória mostra que a agenda digital deixou de responder apenas a ciclos pontuais de modernização. Entre o primeiro trimestre de 2024 e o primeiro trimestre de 2026, a intenção de investir em tecnologia ficou, em média, próxima de 86% no Brasil, ante cerca de 68% globalmente. A vantagem persistiu nos nove trimestres analisados e chegou a 25 pontos no fim de 2025. Essa regularidade é mais relevante do que a oscilação de um único trimestre: ela indica que a tecnologia passou a ocupar uma parcela estrutural das decisões de capital e do planejamento das empresas brasileiras.

Segundo Elias Zoghbi, sócio-líder de Consultoria em Tecnologia da Grant Thornton Brasil, os números revelam uma maior importância do papel da tecnologia nas organizações. "A tecnologia permeia a maioria das operações, e os executivos aparentam ter aprimorado a conscientização sobre a relação direta entre a competitividade, o crescimento e os investimentos tecnológicos adequados", afirma o executivo. Para ele, o próximo desafio é conectar os investimentos a um modelo que permita dar transparência à geração de valor.

"Determinados projetos tendem a demorar para ser executados pela dificuldade de demonstrar seus benefícios e, por outro lado, existem projetos de alto custo com baixo retorno. Como exemplo, em projetos de inteligência artificial, erros de implementação ou de governança podem gerar uma experiência negativa que impacta o andamento de outras ações

relevantes e de alto retorno. Incorporar a governança desde o desenho das soluções, com critérios para o uso dos dados, a gestão dos riscos, a definição de responsabilidades e a mensuração dos resultados, é essencial para trazer segurança e confiança aos executivos para a constante evolução tecnológica do negócio", completa.

Inovação avança com pessoas e marca

O investimento tecnológico faz parte de um movimento mais amplo de construção de capacidades. No primeiro trimestre de 2026, 77% das empresas brasileiras pretendiam ampliar os aportes em pesquisa e desenvolvimento, 15 pontos acima da média global e mais de 20 pontos acima do nível observado no primeiro semestre de 2020. Outros 75% planejavam investir mais na qualificação das equipes, também com vantagem de 15 pontos sobre o resultado mundial, enquanto 84% indicavam aumento dos investimentos em marca - diferença de 24 pontos em relação à média global, a maior entre essas frentes.

A leitura conjunta sugere que a transformação digital entrou em uma fase de complementaridade: a tecnologia fornece infraestrutura e escala; P&D; direciona recursos à solução de desafios do negócio e ao desenvolvimento de produtos e serviços; equipes qualificadas sustentam a adoção com processos definidos, responsabilidades claras e mensuração de resultados; e os investimentos em marca posicionam e comunicam a inovação ao mercado. A integração dessas frentes reduz o risco de projetos sem adoção, impacto mensurável ou aplicação comercial. Nesse contexto, mecanismos como a **Lei do Bem** podem apoiar empresas elegíveis no financiamento de ciclos consistentes de pesquisa, desenvolvimento e **inovação tecnológica**.

Entre os benefícios previstos estão incentivos fiscais relacionados aos investimentos em PD&I;, como deduções que podem alcançar até 34% no IRPJ ou na CSLL, redução de 50% do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos destinados a essas atividades, além de mecanismos de deprecia-

ção e amortização aceleradas. Para Daniel Souza, sócio de Tributos Diretos da Grant Thornton, o

aproveitamento desses instrumentos exige planeja-

mento e documentação consistentes. "O incentivo gera mais valor quando está conectado à estratégia de inovação da empresa. Identificar corretamente os projetos elegíveis e estruturar os controles desde o início permite transformar o benefício fiscal em capacidade adicional de investimento."

IA amplia potencial e reforça a importância da governança

A leitura conjunta dos indicadores aponta para uma etapa mais madura da transformação digital, na qual o volume de investimento continua relevante, mas já não é suficiente para diferenciar as empresas. A agenda tecnológica avança ao lado de expectativas brasileiras elevadas para receita, rentabilidade e emprego - respectivamente 80%, 78% e 73%, todas acima das médias globais. A associação não estabelece uma relação automática de causa e efeito, mas mostra que as organizações estão investindo em tecnologia enquanto se preparam para expandir. O diferencial competitivo tende, portanto, a migrar do acesso às ferramentas para a capacidade de selecionar casos de uso, integrar dados e processos, preparar equipes, medir retorno e escalar soluções com segurança.

"O próximo passo é transformar o potencial da inteligência artificial e das demais tecnologias em valor concreto para o negócio. Empresas que conectarem estratégia, pessoas, dados e governança terão mais condições de converter investimento em produtividade, eficiência e novas receitas, com bases mais sólidas para ampliar o uso dessas soluções", conclui Elias Zoghbi.

Índice remissivo de assuntos

Entidades 4,5,7,8,9,10
Inovação 6
Patentes 1,2,3
Propriedade Intelectual 1,2,3,6,7,8